

1 PRINCÍPIOS APLICÁVEIS À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	25
1.1 Legalidade	25
1.2 Impessoalidade - Isonomia	28
1.3 Publicidade	31
1.3.1 Orientação geral para a gravação individualizada dos testes físicos e provas orais	33
1.4 Proporcionalidade	37
1.5 Formalismo	39
1.6 Proibição do Excesso de Formalismo	40
1.7 Finalidade Pública	44
2 O ATO ADMINISTRATIVO	47
2.1 Atos Vinculados e Discricionários	48
2.2 Finalidade	48
2.3 Motivo	50
2.4 Forma	52
2.5 Prerrogativas do Ato Administrativo	52
2.5.1 Veracidade e Legalidade	52
2.5.2 Crítica à presunção de veracidade do ato administrativo	53
2.6 Recurso Administrativo	57
2.6.1 Princípio da Ampla Defesa e do Contraditório	58
2.7 Controles Judiciais do Ato Administrativo	60
2.7.1 Nulidade do Ato Administrativo que Apresenta Motivação Genérica	62

2.7.2 Desnecessidade de Impugnar o Edital ou de Recurso Administrativo para Acesso à Via Judicial	67
2.7.3 O controle do mérito administrativo é possível?	72
3 O CONCURSO PÚBLICO	78
3.1 Exceção ao dever de realizar concurso	81
3.2 O dever de realizar concurso público	84
3.3 Inscrição	85
3.4 Prazo de validade de um concurso	87
3.5 Ampla Acessibilidade	88
3.6 Reserva de Vagas para Pessoas Com Deficiência	92
3.7 Reserva de Vagas – Cota Racial	95
3.7.1 Insegurança jurídica – divergência de bancas organizadoras em reconhecer a condição de cotista ao indivíduo	97
3.7.2 O candidato cotista concorre em duas listas – ampla concorrência e cotas	100
3.8 Cláusulas de Barreira	106
4 O EDITAL	109
4.1 Publicidade	110
4.1.1 Ampla Publicidade	111
4.1.2 Alterações no edital	114
4.1.3 Prazos Exíguos	116
4.2 Provas de conhecimento	120
4.2.1 Exigência de Noções Básicas	121
4.2.2 Exigência de Conhecimentos Específicos	123
4.2.3 As provas de conhecimento devem estar em harmonia com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego	124
4.3 Prova de Títulos	127
4.4 Previsão de Vagas no Edital	131
4.5 Cadastro de Reserva Exclusivo	137

5 HABILITAÇÃO TÉCNICA – REQUISITOS PARA O INGRESSO NO CARGO PÚBLICO	144
5.1 Comprovação de Três Anos de Atividade Jurídica para Ingresso na Magistratura e no Ministério Público – A Exceção À Regra	146
5.2 Comprovação de Três Anos de Atividade Jurídica para Ingresso na Defensoria Pública – A Indefinição	147
5.3 Crítica à Tese Adotada Pelo STF – Tema 509	148
5.4 Escolaridade - Diploma de Curso Superior	152
5.4.1 Crítica à Exigência de Curso de Nível Superior	154
5.4.2 Antecipação da Colação de Grau Acadêmico	157
5.5 Habilitação Específica	160
5.5.1 Habilitação Superior à Exigida	160
5.5.2 Decisões do Tribunal de Justiça de SC	162
5.5.3 Decisões do Tribunal de Justiça do RS	163
5.5.4 Decisões do Tribunal de Justiça de SP	164
5.5.5 Decisões do Superior Tribunal de Justiça	165
5.5.6 Habilitações Incompatíveis	165
5.5.7 Conclusão	166
5.6 Carteira de Habilitação de Veículos Automotores – CNH	167
6 PRECEDENTES – CORREÇÃO JUDICIAL DE PROVAS OBJETIVAS	173
6.1 STF - RE 632853/CE	174
6.2 STF - MS 30860/DF	176
6.3 STF - MS 30859/DF	179
6.4 STJ - REsp 1528448/MG	180
7 CORREÇÃO JUDICIAL DE PROVAS OBJETIVAS	183
7.1 Princípio da Vinculação ao Edital	185
7.1.1 Previsão Genérica do Conteúdo	186
7.1.2 Previsão Taxativa do Conteúdo	186
7.1.3 A Ajuda da Gramática	187
7.1.4 Previsão Taxativa e o MS 30860/DF	188
7.2 Entendimento do Tribunal de Justiça de Santa Catarina	189
7.2.1 Erro Material	192

7.2.2 Descompasso entre Pergunta e Resposta	194
7.3 Tribunal de Justiça de São Paulo	195
7.3.1 Erro Grosseiro	195
7.4 Entendimento do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul	197
7.4.1 Mais de uma Resposta Correta	198
7.4.2 Redação com dupla interpretação	199
7.4.3 Desvinculação do Conteúdo Programático	200
7.5 Computo da Pontuação de Questões Anuladas em Juízo	202
8 EXAME DE APTIDÃO FÍSICA	204
8.1 Necessidade de Ler o Edital	208
8.2 Incompatibilidade da exigência de teste de aptidão física para determinados cargos	209
8.3 Condições inadequadas para a realização do exame de aptidão física	214
8.4 Remarcação do teste de aptidão física	218
8.4.1 Candidatas Gestantes	221
8.4.1.1 Procedimento	222
8.4.2 Crítica à posição jurisprudencial que inviabiliza a remarcação de provas e exames	222
9 ETAPA MÉDICA	229
9.1 A questão da Idade na Visão do Judiciário	231
9.1.1 Uma Análise do Requisito de Idade Máxima para o Ingresso nos Cargos da Segurança pública	232
9.1.2 Os Fundamentos Decisórios Sob Análise	233
9.1.3 Qual é a Justificativa Utilizada para o Estabelecimento da Limitação Etária?	235
9.1.4 A biologia e o Envelhecimento Humano	237
9.1.5 O Critério Etário Atinge a Finalidade Pública?	240
9.1.6 Subsídios para a Tomada de Decisão	243
9.1.6.1 Exigências de Idades Diferentes para o Mesmo Cargo Policial	243
9.1.6.2 A exigência Etária nos Estados Unidos	244
9.1.6.3 Por que Desconsiderar a Aptidão Física e Médica?	245

9.1.6.4 Estudo de Caso	247
9.1.7 Conclusão	248
9.2 O requisito de altura mínima na visão do judiciário	249
9.2.1. Subsídios para a superação do entendimento majoritário com relação à razoabilidade de se exigir altura mínima para ingresso nas forças de segurança pública	250
9.3 Exame Oftalmológico	257
9.3.1 Visão Monocular	258
9.3.2 Acuidade Visual	260
9.3.3 Corrente divergente – superação das cláusulas editalícias e juízo de proporção nas exigências de acuidade visual	263
9.4 Tatuagem	269
9.5 Outras Reprovações na Etapa Médica	271
10 INVESTIGAÇÃO SOCIAL	275
10.1 Omissão de Informação	276
10.2 A Presunção de inocência e a reprovação por responder a inquérito ou ação penal	278
10.2.1 Análise do RE 560.900/DF	280
10.2.2 As decisões do Min. Alexandre de Moraes que contrariam a tese estabelecida no RE 560.900/DF	283
10.3 Habitualidade em Descumprir Obrigações Legítimas	286
10.4 Conduta Incompatível com a Função	288
10.5 Multas de Trânsito	290
10.6 Uso de Drogas Ilícitas	292
10.7 Ambiência Criminosa	293
11 EXAME PSICOLÓGICO	296
11.1 Necessidade de Previsão em Lei	297
11.2 Critérios Objetivos	297
11.3 Possibilidade de Recurso	298
11.4 Um debate necessário	299
11.4.1 Qual é o objetivo que se busca com a aplicação do exame psicológico?	300

11.4.2 A administração pode exigir que o candidato se adeque a determinado perfil profissiográfico?	302
11.4.3 Estudo de Caso – Quando os Fatos Contrariam a Presunção de Veracidade e Legalidade do Ato Administrativo	305
11.5 O Laudo Administrativo de Reprovação em Exame Psicológico Pode Ser Substituído Por Um Outro Elaborado em Perícia Judicial?	313
11.5.1 O Entendimento Atual do Poder Judiciário	313
11.6 A Incoerência no Sistema de Interpretação Judicial	314
11.6.1 A Substituição do Ato Administrativo de Reprovação na Etapa Médica de Concurso Público por Laudo Pericial	316
11.6.2 Por que o laudo de reprovação na etapa psicológica não pode ser substituído por um outro elaborado por perito judicial?	318
11.6.3 A Desculpa da quebra na Isonomia como óbice à Produção de Laudo Pericial Psicológico	320
11.6.4 Da Impossibilidade de Reprovação por Inaptidão Transitória	324
11.7 Existe hipótese alternativa à teoria de interpretação utilizada pelo Poder Judiciário e que represente um real avanço no conhecimento acerca do mundo?	326
11.7.1 Os fundamentos para a teoria proposta	327
11.7.2 O Estágio Probatório não é Uma Garantia Exclusiva de Determinado Grupo	328
11.7.3 Das Falhas na Aplicação de Testes Psicológicos	330
11.8 Em Busca da Máxima Efetividade Constitucional	333
12 CONSIDERAÇÕES FINAIS	337
BIBLIOGRAFIA	343